



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
CONSELHO ADMINISTRATIVO DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO
DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO – COARIDE
SECRETARIA EXECUTIVA**

**ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ADMINISTRATIVO DA REGIÃO
INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO
DISTRITO FEDERAL E ENTORNO-COARIDE,
REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2002, EM
BRASÍLIA(DF).**

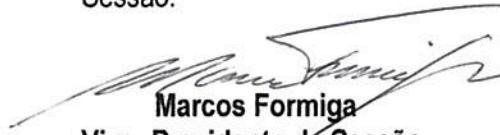
Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de 2002, às 9 horas, no Auditório do térreo do Bloco A, da Esplanada dos Ministérios, sob a presidência do Presidente do COARIDE Ministro José Luciano Barbosa da Silva, teve início a 10ª Reunião Ordinária do COARIDE, secretariada por Irandir Aranda, Assessora da RIDE. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: Marcos Formiga (Vice-presidente), Francisco Monteiro Guimarães, Wilson Calvo Mendes de Araújo, Giuseppe Vecchi, Marcelo Piancastelli de Siqueira, Ivanildo Tajra Franzosi (suplente), Evaldo Cameiro (suplente), Liosório de Jesus Meireles (suplente) e Francisca Leda de Oliveira Almada (suplente). A reunião foi aberta pelo Ministro Ovídio de Angelis, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano-SEDU, por delegação do Presidente do COARIDE, destacando a importância da ação conjunta dos dois Ministérios para a RIDE. Em seguida, o Dr. Antônio Guerra, gerente da RIDE, informou que existe a possibilidade de realizar algumas ações este ano no âmbito da parceria entre os dois Ministérios. Dando prosseguimento, falou sobre as duas áreas específicas onde existe possibilidade: na área de planos diretores e na área de saneamento básico. Informou que, em Convênio com a Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás será iniciada, numa primeira etapa, a elaboração de nove planos diretores, restando contratar a elaboração de sete planos e a revisão de outros quatro, para adaptá-los ao Estatuto da Cidade, havendo concordância por parte da SEDU em destinar recursos para esta segunda etapa. Informou que na área de saneamento, os técnicos da SEDU consideraram que, antes de eleger algumas prioridades em termos de obras, seria necessário avaliar a situação da água, do esgoto e do lixo, identificando inclusive os conflitos de competências entre os entes federados. Dando prosseguimento, falou que outra área de atuação conjunta seria o acompanhamento das emendas parlamentares deste ano, considerando que existe cerca de 40 milhões no Programa Habitar Brasil e 52 milhões no Programa de Modernização do Setor de Saneamento-PMSS. Destacou, ainda, a necessidade de subsidiar os parlamentares para as emendas ao orçamento de 2003. Para finalizar, colocou a idéia de elaboração de um programa de financiamento externo, para negociar com o próximo governo, com vistas ao desenvolvimento de um amplo programa de modernização da infra-estrutura da RIDE. Encerrando sua participação, apresentou a Agenda das ações propostas, submetendo-a aos dois Ministros e aos Conselheiros. Antes do pronunciamento dos dois Ministros foi dada posse ao novo Conselheiro do COARIDE, Dr. Marcelo Piancastelli, representante do Ministério da Fazenda, nomeado pela Portaria nº 419, de 20 de junho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2002. Por sugestão do Ministro Ovídio de Angelis, foi solicitado ao técnico Emmanuel Porto, da SEDU, que

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emmanuel Porto'.

explicasse a participação de sua Secretaria no acordo conjunto com o Ministério da Integração Nacional. Este informou que com relação aos planos diretores, o procedimento inicial seria a RIDE submeter à SEDU-Gerência de Gestão Urbana, as Cartas-Consultas e as propostas preliminares para aprovação. Quanto às questões de saneamento e resíduos sólidos deveriam ser submetidas a dois outros gerentes. Assim, foi aprovada a resolução referente às ações conjuntas RIDE/SEDU nas áreas de elaboração de planos diretores e de saneamento básico e ao estabelecimento de ações ainda este ano, consubstanciadas na **Resolução nº 007**. O Ministro Ovídio de Angelis agradeceu a oportunidade de participar da reunião do COARIDE e ressaltou a importância da região para o desenvolvimento do país e para a estabilidade econômica e social de Brasília. Dando prosseguimento, fez considerações sobre a fase de ajuste fiscal que impediu aportes de recursos mais expressivos que pudessem contemplar ações de infra-estrutura urbana, o que foi compensado por esforços dos dois governadores e dos parlamentares, permitindo que recursos expressivos do Orçamento Federal fossem aplicados em investimentos realizados na região. Considerou, ainda, que estes recursos não seriam obtidos se não existissem os esforços conjuntos para o encaminhamento de soluções para os problemas da região. Destacou o papel do Governo Federal no esforço de superação desses problemas e sugeriu que deveríamos buscar um empréstimo externo, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, para investimentos ao longo de cinco anos. Com a palavra o Ministro Luciano Barbosa, Presidente do Conselho, agradeceu a participação do Ministro, dos Conselheiros e demais convidados, destacando a presença dos Prefeitos e dos representantes do Governo de Goiás, Distrito Federal e do Governo Federal. Em seguida, elogiou a atuação do COARIDE, abordou alguns problemas da região que merecem ser enfrentados, destacando que os recursos deverão ser provenientes da União, por meio de alguns dos seus Ministérios, dos Estados e do Distrito Federal. Ressaltou a importância dos investimentos serem discutidos de forma criteriosa e as ações exercidas de forma integrada, pelo conjunto de municípios, destacando ser esta uma mudança fundamental e o surgimento de um novo conceito de gestão pública. Prosseguindo, lamentou a forma como se aplicaram os recursos ao longo dos últimos quarenta anos e alertou que devemos estar preparados e amadurecer nossas propostas para quando pudermos contar com recursos, possamos aplicá-los de forma criteriosa, otimizando-os para a resolução dos problemas da região. Comentou a existência de um programa no Ministério da Fazenda, o Programa de Administração Financeira para Municípios, financiados com recursos do BID, que pode ser usado para modernizar e ajustar as contas públicas à necessidade de respostas para as demandas sociais. O Ministro parabenizou o Conselheiro empossado e encerrou sua apresentação. Tendo sido dispensada a leitura da Ata da 9a Reunião, o Sr. Antônio Guerra, Gerente da RIDE, procedeu à leitura dos assuntos da pauta do dia. Antes do início das discussões previstas na pauta, foi levantada a necessidade da Secretaria Executiva, no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica para o Programa de Prevenção à Violência, negociar juntamente com o Governo de Goiás e o Governo Federal soluções para o encaminhamento da questão salarial dos policiais militares. Foi dada a palavra ao Comandante Cunha Couto, Secretário do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que falou acerca da necessidade de gestão, junto ao Ministério da Justiça, para resolver o problema da suspensão das gratificações dadas aos policiais de Goiás que equipararam os salários ao dos policiais do Distrito Federal. Ficou determinado, pelo Secretário Marcos Formiga, que a Secretaria Executiva entre em ação imediatamente no sentido de solucionar a questão. Retornando a palavra ao Sr. Antônio Guerra, este discorreu sobre o PRORIDE e o processo de planejamento participativo, com a realização dos seminários regionais, que culminaram com a discussão do documento em Brasília, no dia 16 de julho. Dando prosseguimento, apresentou o mapa síntese da estratégia de atuação do Programa, informando sobre as quatro grandes áreas de atuação e as ações propostas. Após discorrer sobre o conteúdo do documento entregue aos Conselheiros, colocou em discussão o prazo para que o documento fosse apreciado e que então passaria a sintetizar as ações planejadas da RIDE. Para a aprovação do documento ficou acertado que o mesmo seria aprovado em tese e seria dado um prazo de 30 dias para que os Conselheiros enviassem suas sugestões, o que ficou **consolidado na Resolução nº 004**. Dando prosseguimento às discussões, foi determinado, por proposta do Conselheiro Giuseppe Vecchi, que a Secretaria Executiva estude a possibilidade de expansão do Pólo de Tecnologia da Informação para a Região do Entorno do DF, (**Resolução nº 009**). A palavra foi dada

aos demais Conselheiros, tendo sido levantada, pelo Conselheiro Piancastelli, a necessidade de transformar as questões da RIDE, colocadas no Plano Plurianual de Investimentos-PPA, em recursos financeiros para o desenvolvimento da região, bem como a sua inclusão no próximo PPA (2004-2007). Sugeriu que o Conselheiro Felipe Daruich Neto do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão fosse o porta-voz dessa iniciativa, tendo o mesmo se posicionado favorável, além de informar que o PPA foi reiniciado e que será intensificado a partir de janeiro de 2003. Ficou resolvido que, uma vez aprovado o PRORIDE, o documento seria encaminhado ao Ministério do Planejamento. Foi aprovada também a resolução de encaminhamento de um documento sintético do PRORIDE para os candidatos à Presidência da República (**Resolução nº 005**). Dando prosseguimento, o Secretário Marcos Formiga encaminhou à aprovação a proposição relativa à questão da unificação das tarifas públicas. Foi, então, aprovada a Minuta de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre a União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, do Ministério dos Transportes, com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT, do Ministério das Comunicações, com a interveniência da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL, e os Governos dos Estados de Goiás, de Minas Gerais e do Distrito Federal, com o objetivo de implementar a unificação das tarifas públicas comuns às unidades da federação que compõem a RIDE, conforme a **Resolução nº 002**. Na seqüência, foi colocada em discussão a proposição com respeito à inclusão dos municípios de Unaí, Cabeceira Grande e Buritis, do Estado de Minas, na área de atuação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste-FCO. O Conselheiro Giuseppe se posicionou contra a inclusão, pelo fato do Estado de Minas Gerais não pertencer à Região Centro-Oeste e pela existência de dispositivos legais impeditivos. Em seguida, o Prefeito de Buritis, Padre Vicente Damasceno argumentou que, apesar de ser uma alteração à Constituição, a própria criação da RIDE também foi uma alteração constitucional. Justificou que na prática isto já ocorre e que o Noroeste Mineiro é uma região socialmente idêntica aos municípios de Goiás. Lembrou que nos últimos três anos sobraram recursos do FCO e que historicamente Minas foi coadjuvante na sustentação do FCO. O Conselheiro Piancastelli endossou as palavras do Prefeito, ressaltando os aspectos supra-estaduais e a identidade existente entre os municípios da RIDE, além da questão dos recursos que não têm sido utilizados na sua totalidade. Em seguida, o Prefeito Francisco Guimarães reforçou que os Prefeitos de Goiás são contrários à inclusão, mas sugeriu um aprofundamento da discussão, incorporando todos os municípios afetos. O Conselheiro Giuseppe Vecchi lembrou da necessidade de serem ouvidos os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Foi solicitada a manifestação dos demais Conselheiros que não haviam se pronunciado sobre a questão para os encaminhamentos finais. O Secretário Marcos Formiga concluiu e encaminhou a proposição para maior aprofundamento, o que foi aprovado. Dando seqüência à pauta, passou-se à proposição seguinte para apreciação do Relatório de Atividades da RIDE, relativo ao primeiro semestre de 2002. Foi destacado o atraso na elaboração dos planos diretores, cujos recursos foram repassados para Goiás em janeiro de 2002 e o fato do Convênio expirar no final do ano. Segundo informação do Conselheiro Giuseppe Vecchi o assunto está "sub judice" uma vez que uma das empresas concorrentes embargou o Processo Licitatório na justiça. As demais ações em andamento na RIDE foram relatadas pelo Dr. Antônio Guerra, que submeteu o Relatório à apreciação por parte dos Conselheiros, tendo sido aprovado, o que gerou a **Resolução nº 006** do COARIDE. Uma vez aprovado, o Secretário Marcos Formiga encaminhou o assunto seguinte sobre a definição de prioridades contidas no PRORIDE. Com base nas discussões, foram aprovadas as prioridades para efeito de negociação de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União para 2003 de interesse da RIDE, dando origem à **Resolução nº 003** do COARIDE. Prosseguindo com os assuntos de ordem geral, foi solicitado à Dra Ângela Maria que falasse, para conhecimento dos Senhores Conselheiros, sobre a criação do Centro de Excelência em Educação, no Riacho Fundo – Projeto Taba - e sobre o seu trabalho, que se enquadra na prevenção à violência. Na seqüência, foi dada a palavra ao Conselheiro Piancastelli para que apresentasse algumas informações acerca do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros PNAF-M, programa implantado pelo Ministério da Fazenda com êxito, nos estados. Acrescentou que este êxito levou o Ministério, juntamente com o BID, a estender o Programa aos municípios. Explicou que os prefeitos enfrentam dificuldades na elaboração dos projetos para acesso ao Programa, além da escassez de técnicos para se dedicarem ao assunto.

Colocou o Ministério da Fazenda à disposição para, com o apoio de consultores, elaborar conjuntamente os projetos. Foi sugerido pelo Prefeito Francisco Guimarães que a RIDE intermedie o processo. Neste sentido, foi aprovada a **Resolução de nº 008** para que a Secretaria Executiva do Conselho viabilize o apoio técnico às prefeituras que desejarem participar do Programa. Nada mais havendo a tratar, o Vice-presidente, após anunciar a data da próxima reunião para o dia 27 de novembro, na Cidade Satélite de Ceilândia, solicitou o apoio logístico do Conselheiro do DF, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 10ª Reunião do COARIDE. E para constar eu, Irandir Aranda Viana, lavrei a presente ATA que, depois de aprovada, assinarei com o senhor Presidente da Sessão.



Marcos Formiga
Vice- Presidente da Sessão



Irandir Aranda Viana
Secretária da Sessão